

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: outubro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital

Índice

Clima alavanca commodities agrícolas – Sítio Eletrônico da CNA – 01/10/2010	3
Pressão de alimentos faz inflação acelerar - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia – 08/10/2010	10
FAO discute produção de alimentos no Brasil – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 08/10/2010	11
Mais alimentos e mais proteínas com recursos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 08/10/2010.....	12
Artigo: No Dia Mundial da Alimentação, as lições do Fome Zero – Crispim Moreira – Sítio eletrônico do MDS – 15/10/2010	13
Pressão de alimentos faz inflação acelerar – Sítio Eletrônico da CNA – 08/10/2010	14
Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade – Sítio Eletrônico da CNA – 13/10/2010	16
ONU alerta para a compra de terras em emergentes – Estado de São Paulo – Economia – 14/10/2010	17
FAO não vê ameaça à segurança alimentar – Sítio Eletrônico da CNA – 15/10/2010	18
Alta de preços de alimentos deve ter pico em outubro, dizem analistas – Sítio eletrônico da CNA – 18/10/2010	19
Compra de alimentos mudou a vida de 20 mil agricultores em Minas Gerais – Sítio Eletrônico do MDS – 28/10/2010	20
BC: alimentos têm alta, mas juros deverão ser mantidos – Patrícia Duarte – O Globo – Economia – 29/10/2010	21

Clima alavanca commodities agrícolas – Sítio Eletrônico da CNA – 01/10/2010

Na Rússia, a estiagem deste ano provocou uma redução de cerca de 20 milhões de toneladas na safra de trigo, e o país suspendeu as exportações de grãos.

O mercado global de commodities agrícolas, particularmente o de grãos, está mais nervoso do que o normal para esta época do ano, e não há sinais de calmaria até dezembro. A demanda está aquecida, puxada pelos países emergentes, e adversidades climáticas em importantes países produtores e exportadores já provocaram baixas na oferta nos últimos meses e poderão causar novas perdas até o início de 2011.

Maximizadas pela fraqueza do dólar e pelo renovado interesse de fundos de investimentos, as altas de preços decorrentes do quadro de fundamentos já atingiram níveis preocupantes para nações importadoras de alimentos, e como é a oferta que seguirá ameaçada, agora no Hemisfério Sul, analistas não veem espaço para retrações expressivas na maioria desses mercados no futuro próximo. Daí a crescente preocupação da FAO, o braço das Nações Unidas para Agricultura e alimentação, quanto aos reflexos das valorizações sobretudo nos países mais pobres.

Mesmo que do ponto de vista macroeconômico a demanda dos emergentes e os movimentos financeiros vinculados à saúde da economia mundial e ao comportamento das relações cambiais entre diferentes países estejam movimentando as commodities em geral, o fator clima e seus desdobramentos são evidentes no segmento agrícola.

Cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais de contratos de segunda posição de commodities negociadas nas bolsas de Nova York e Chicago mostram que, em setembro, mesmo a alta do ouro, porto seguro recorrente para investidores receosos com outras aplicações, foi menor que as de açúcar, milho, algodão, café, suco de laranja e soja. O trigo subiu menos, e, segundo o critério das médias mensais, apenas o cacau, entre as agrícolas mais transacionadas pelo país no exterior, recuou.

"Os movimentos financeiros e o comportamento do dólar não têm o mesmo peso sobre todas as commodities. Os efeitos do clima sobre a oferta estão colaborando muito para as altas dos preços agrícolas", afirma Vinícius Ito, analista da Newedge baseado em Nova York. Particularmente no caso de cereais e grãos, diz ele, é muito raro que o futuro das safras que começam a ser plantadas agora no Hemisfério Sul tenham tamanha influência nos mercados nesta época de aceleração da colheita no Hemisfério Norte, onde está mais de 90% da produção de cereais, por exemplo.

Mas, diante das perdas já observadas por lá - os problemas mais agudos foram nas lavouras de trigo da Rússia, prejudicadas por uma severa estiagem -, as produções de milho, trigo e soja de países como Argentina e Brasil ganharam ainda mais relevância. "Daí porque os mercados sentirão a influência dos efeitos do fenômeno La Niña até o fim deste ano", observa Ito. Como há meses alerta Antonio Sartori, da corretora gaúcha Brasoja, La Niña costuma ser sinônimo de escassez de chuvas no sul da América do Sul, e o problema já atrasa o plantio de soja no Centro-Oeste brasileiro.

Não por acaso o milho encerrou setembro com cotação média 17,16% superior à de agosto na bolsa de Chicago, conforme o Valor Data. É verdade que os preços caíram ontem com informações do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) dando conta de estoques maiores que os esperados e a aceleração da colheita do grão naquele país, mas a esta altura do campeonato o futuro da safra na Argentina, o segundo maior país exportador de milho do mundo, ganha atenção especial.

Como no milho, os preços da soja já estão suscetíveis às previsões meteorológicas seja em Rondonópolis, em Mato Grosso - onde o cenário melhorou um pouco ontem -, seja na Pampa Úmida argentina E, até mais do que o milho, a demanda chinesa também ajuda a sustentar as cotações, que na relação entre as médias de setembro e agosto aumentaram 4,73%. Com os problemas na Rússia e em outros países europeus, o trigo subiu, conforme o mesmo critério das médias mensais, 2,37%.

Parte da explicação para as maiores altas de milho e soja está no apetite dos fundos. No milho, conforme o último fechamento semanal do USDA, os fundos estavam comprados em 465,7 mil contratos, acima do recorde de 2008 (317,7 mil), quando uma aguda "agroinflação" mundial multiplicou os alertas da FAO e ampliou a fome no planeta. Na soja, os fundos estavam comprados em 172 mil contratos na semana passada, também acima do recorde de 2008 (154,5 mil). Em 2009, o pico foi de 128,5 mil contratos; no início de 2010, eram entre 30 mil e 40 mil.

Também com influências climáticas e financeiras, na bolsa de Nova York houve saltos igualmente expressivos nas relações das médias dos contratos de segunda posição. Sob influência das chuvas no Centro-Sul brasileiro, açúcar e café subiram 21,86% e 7,14%, respectivamente. Já a valorização do algodão, com o impulso das inundações no Paquistão, foi de 15,48%, enquanto a ameaça dos furacões na Flórida motivou o ganho de 6,82% do suco de laranja. O cacau destoou e foi a única commodity agrícola da pesquisa do Valor Data a cair, 4,9%. E as chuvas na Costa do Marfim, favoráveis às lavouras, ainda podem pressionar.

Em tempo: o ouro encerrou setembro com preço médio 4,55% superior ao de agosto em Nova York. E o petróleo caiu, 0,57%.

Autor: Fernando Lopes. Fonte: Valor Economico

"O uso seguro de agrotóxicos é um mito", afirma especialista – Sítio Eletrônico do MST – 01/10/2010

Raquel Rigotto, professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), participou como palestrante do Seminário Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos, realizado de 14 a 16 de setembro na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema, São Paulo.

Coordenadora do Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, pesquisa a relação entre agrotóxicos, ambiente e saúde no contexto da modernização agrícola no estado do Ceará. Nesta entrevista, ela defende o debate sobre uso de agrotóxicos como um tema estratégico e critica a ideia de que é possível utilizá-los de forma segura.

Qual a importância da discussão sobre agrotóxicos na atual conjuntura?

Os agrotóxicos não podem ser vistos apenas como um conjunto de substâncias químicas que pode causar riscos químicos à saúde. Eles precisam ser entendidos no contexto em que são utilizados, que envolve o processo de modernização agrícola conservadora em curso no Brasil, que tem a ver com a reestruturação produtiva no

campo e a divisão internacional da produção e do trabalho, na qual cabe ao Brasil a produção de commodities de origem agrícola.

Esse contexto mais geral precisa ser considerado, assim como o entendimento do agronegócio não apenas em sua dimensão de latifúndios e monoculturas, mas também como um subsistema técnico e político que envolve o capital financeiro, a indústria química, a indústria de biotecnologia, sementes, fertilizantes, tratores, enfim, toda a indústria metal-mecânica. Esse contexto determina a vulnerabilidade das populações aos agrotóxicos. E que populações são essas? Temos em primeiro lugar os trabalhadores das empresas, mas também outros segmentos de trabalhadores que são influenciados por esse processo, como os pequenos produtores. No Ceará, os pequenos produtores foram colocados na condição de parceiros do agronegócio, o que na verdade é uma forma de terceirização.

O cultivo de fumo no Rio Grande do Sul também é um exemplo disso, são pequenos produtores que estão completamente subordinados às exigências da indústria fumageira. Além desses trabalhadores, são atingidos os moradores dessas regiões. No Mato Grosso, há municípios completamente cercados pelo agronegócio, que atinge até mesmo a reserva do povo Xingu: há rios que nascem fora de sua área e cuja água já entra no território indígena contaminada por agrotóxicos.

Há também a questão dos consumidores de alimentos, que têm uma ingestão diária aceitável de veneno. É o ‘veneno nosso de cada dia’ na alimentação. E, ainda, temos os trabalhadores que fabricam esses venenos. Há conflitos ambientais já identificados com esses trabalhadores de fábricas e as comunidades do entorno das fábricas, que são contaminadas. No nordeste, há uma fábrica de agrotóxicos que tem problemas sérios com 11 bairros na sua vizinhança por causa da sua contaminação atmosférica.

Além disso, a questão dos agrotóxicos é abrangente porque vai nos ajudar a resgatar a interrelação campo e cidade. Na medida em que o país se urbaniza, tendemos a pensar o Brasil como um país urbano – e há uma conotação simbólica de que isso nos aproxima mais do perfil dos países desenvolvidos e deixa para trás o ‘atraso do campo’ –, perdendo de vista que há uma dinâmica rural-urbana fundamental. Isso se expressa na produção de alimentos, na manutenção de riquezas naturais como a água, os microclimas, as chuvas (importantes para a cidade e ‘produzidas’ no campo) e também do ponto de vista da organização do campo. A concentração de terra, que expulsa pessoas das áreas rurais, faz com que as cidades fiquem cada vez mais ingovernáveis, por causa da migração e de todos os processos

de degradação da qualidade de vida, como a violência, as drogas e outros. Enfim, faz com que toda a problemática ambiental urbana cresça.

Os agrotóxicos dão oportunidade para discutirmos tudo isso, e também para debatermos a ciência e seus limites hoje. Há substâncias químicas que nos mostram a insuficiência dos conhecimentos produzidos para que possamos ter alguma segurança ao lidar com elas. Um exemplo é o problema da exposição múltipla a vários ingredientes ativos, que ainda carece de respostas. São várias situações que nos colocam os limites da ciência e que também desafiam o Estado, porque não há como tratar os problemas dos agrotóxicos apenas como problema agrícola ou agrário, apenas como problema de saúde ou de meio ambiente. Esse é um problema que perpassa diversos setores das políticas públicas e exige uma atuação integrada, o que também é um exercício interessante de fazermos.

Na sua palestra no Seminário Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos, foi destacada a importância de esclarecermos se estamos discutindo agrotóxicos e saúde ou agrotóxicos e doença. Qual a diferença entre as abordagens e o que isso significa para o debate?

Na cultura positivista que temos, existe uma certa tendência, tanto dos empresários como algumas vezes até da própria mídia, de procurar por agravos à saúde que pudessem ser atribuídos aos agrotóxicos, identificando e quantificando casos. É como se, para validar a questão dos agrotóxicos como um problema digno de atenção, relevante e urgente, dependêssemos disso, como se precisássemos ter geração e comprovação da doença para começarmos a pensar no assunto e nos problemas dos agrotóxicos.

O que estamos propondo é que o conhecimento sobre a nocividade dos agrotóxicos está dado a priori, porque ao defini-los como agrotóxicos estamos dizendo que são biocidas, que fulminam a vida, e ao atribuir a eles uma classificação toxicológica que vai de pouco tóxico a extremamente tóxico também estamos deixando isso claro.

Não há nenhuma classificação que seja 'não-tóxico'. O mesmo acontece em termos da classificação ambiental, que se relaciona à resistência do solo, e aos estudos da biomagnificação, teratogênese, mutagênese e carcinogênese [referentes ao acúmulo de produtos tóxicos ao longo da cadeia alimentar e à possibilidade de anomalias e malformações fetais, mutações genéticas e desenvolvimento de câncer].

Então, os agrotóxicos já estão classificados nesse sentido. Não há que se perguntar se são veneno ou remédio, está claro que são um tipo de veneno. Esse potencial de dano está dado, e defendemos que não precisaríamos provar a existência

do dano para postergar políticas públicas e iniciativas dos agentes econômicos para combater esse problema. Poderíamos, desde já, estar trabalhando na perspectiva de que existe um risco e um contexto de risco, partindo para o controle desses riscos.

Por que é difícil estabelecer relações entre exposição humana aos agrotóxicos e os danos à saúde?

Os efeitos crônicos causados pela exposição a agrotóxicos são muito diversificados. Cada composto e princípio ativo tem um perfil toxicológico e uma nocividade própria, e isso se relaciona a uma série de patologias que vão desde dermatoses até infertilidade, abortamento, malformações congênitas, cânceres, distúrbios imunológicos, endócrinos, problemas hepáticos e renais...

Mas todas essas patologias têm etiologias variadas, o que significa que podem ser causadas por outros elementos que não os agrotóxicos. E, como somos acostumados a fazer raciocínio muito linear entre doença e agente causal, isso fica muito complicado. É possível, por exemplo, quando uma empresa quer se negar a assumir suas responsabilidades, que ela diga que o trabalhador teve uma leucemia porque a família tem carga genética para isso.

Do ponto de vista epidemiológico, os estudos têm evidenciado essas correlações, demonstrando que populações mais expostas, comparando com não expostas, têm carga maior de doenças. Mas gerar essa informação é difícil. No caso do Ceará, o instituto que recebe a maioria dos cânceres hematológicos não tem na sua ficha de investigação o dado sobre a ocupação do trabalhador. Isso é um exemplo da dificuldade que temos para fazer um perfil que relacione a ocupação e, por consequência, o contato com agrotóxicos, a uma determinada doença.

Existe um discurso muito difundido de que os agrotóxicos seriam uma necessidade para garantir a produção de alimentos, e de que sem eles ‘o mundo morreria de fome’. A partir daí, a proposta é desenvolver formas seguras de lidar com os agrotóxicos. Qual a sua opinião sobre isso? O ‘uso seguro’ é possível?

A ‘Revolução Verde’, que é o momento que marca na história da humanidade a questão dos agrotóxicos, aconteceu há cerca de 50 anos. A humanidade tem cerca de 8 mil anos de história conhecida na agricultura, e nós vivemos e nos alimentamos por todos esses milênios sem os agrotóxicos e transgênicos (o que é um outro argumento muito comum agora, de que, de repente, não podemos mais viver sem os transgênicos).

É claro, há relatos de que desde os povos mais antigos havia uso de algumas substâncias para controle de pragas e de processos de cultivo, a humanidade tem um

acúmulo nesse sentido. Estou me referindo a esse uso massivo de agrotóxicos, estimulado pela indústria química, que pode fazer propaganda na televisão, ter isenção de impostos como o ICMS, IPI, Cofins, PIS/Pasep.

Então, a primeira coisa importante de tomarmos consciência é que já vivemos muitos anos como humanidade sem os venenos, e que depois do uso de venenos a produtividade da agricultura certamente elevou-se, mas a segurança e a soberania alimentar da humanidade não. Continuamos tendo quase um bilhão de pessoas desnutridas ou subnutridas no mundo, então está clara que essa não é uma crise que seja explicada pela subprodução, mas sim pela má distribuição. Isso se deve ao fato de que aquilo que o agronegócio e a modernização agrícola produzem não são alimentos, mas sim commodities, o que é muito diferente. Há todo um aparato jurídico, institucional, legal, para regular o uso de agrotóxicos e o que vemos é que esse aparato não tem sido eficaz. O que se vê é que, desde o processo de normatização, houve interferência.

Temos documentos dos produtores de agrotóxicos em que afirmam a sua estratégia de interferir no processo regulatório, fazer lobby, interferir na capacitação dos servidores públicos e dos operadores de direito que lidam com essa área. Então, desde o início da regulação, há problemas. Quantos desses estatutos que estão previstos na legislação funcionam efetivamente? O receituário agrônomo não funciona e há poucos laboratórios, no país inteiro, que são capazes de fazer análise da água e da contaminação humana por agrotóxicos.

Estamos agora no processo de revisão da Portaria 518, que diz respeito à potabilidade da água para consumo humano, e um dos grandes dramas é esse: podemos colocar lá todos os 450 ingredientes ativos de veneno registrados que temos no Brasil, mas onde vão ser analisados para cada uma das prefeituras de cada um dos quase 6 mil municípios do nosso país? Não temos essa capacidade instalada.

Fazemos o licenciamento ambiental desse empreendimento, mas não temos condições de monitorar se as condicionantes e requisitos colocados no licenciamento são cumpridos, porque não há fiscal, não tem diária, não tem aparelho e laboratório. Há também uma série de argumentos que foram trazidos pelo Censo Agropecuário, através do qual podemos constatar que há mais de 5 milhões de estabelecimentos com mais de 16 milhões de trabalhadores rurais dos quais um número significativo é de crianças, com escolaridade considerada baixa. Como podemos pensar em uso seguro numa vastidão dessa? A assistência técnica é precária. O Censo mostra que as propriedades que mais receberam assistência são aquelas acima de 200 hectares, ou seja, há milhões de propriedades de pequenos produtores que estão à revelia de

assistência técnica. Como podemos imaginar que o uso seguro acontecerá assim? Qualquer pessoa pode chegar a uma loja e comprar o veneno que o balconista estiver interessado em vender e usar do jeito que o balconista ensinar. É muito difícil pensar em uso seguro assim.

Você falou em sua palestra que há um despreparo dos profissionais de saúde e do próprio SUS para lidar com essa questão. Como isso acontece?

Do ponto de vista da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, temos previstas ações que vão desde a atenção básica – que seria principalmente através da Estratégica de Saúde da Família – até os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests), com ações hierarquizadas.

A proposta é muito interessante. Mas o que vemos, especialmente no Ceará, é que a forma como o SUS chega aos territórios que sofreram profundas transformações pelos processos de modernização agrícola é insuficiente. Os profissionais da atenção primária estão completamente absorvidos pela assistência médica, têm pouco tempo de fazer as outras ações pensadas para sua atuação e conhecem muito pouco a dinâmica viva dos territórios em que as unidades de saúde estão inseridas.

Então, têm poucas notícias sobre a instalação de empresas de agronegócio, não sabem se há trabalhadores migrantes que vêm para atender demanda de força de trabalho sazonal, para, por exemplo, a colheita do melão (que é um caso muito comum), que estão sem suas famílias e que isso causa a expansão de uma rede de prostituição — o que gera outros problemas, como gravidez indesejada na adolescência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, inclusive Aids. Então, para o sistema de saúde que está ali absorvido em diagnosticar e tratar doenças – embora estejamos tentando superar esse paradigma, isso nem sempre é possível –, é difícil enxergar essas dinâmicas.

A resposta às novas necessidades de saúde tem sido insuficiente, é isso que mostrou o estudo realizado pela Vanira Mattos na UFC. Nos Cerests, há experiências ricas pelo Brasil afora, mas estou falando de um olhar local do Ceará. Ainda não conseguimos, ao longo dos três anos da nossa pesquisa, envolvê-los no atendimento a esses trabalhadores, nem desenvolver conjuntamente as ações de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador, que ainda não estão acontecendo adequadamente.

Pressão de alimentos faz inflação acelerar - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo
– Economia – 08/10/2010

Os preços dos alimentos voltaram a pressionar a inflação e levaram o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a uma alta de 0,45% em setembro, bem maior do que a taxa apurada no mês anterior (0,04%). O resultado representou o patamar mais elevado do índice oficial de apurado pelo IBGE desde abril.

O grupo dos alimentos, sob impacto especialmente das carnes, inverteu uma trajetória de três meses de deflação e subiu 1,08% em setembro, contribuindo com mais da metade, ou 0,24 ponto percentual, do IPCA do mês.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, diz que a alta na inflação em setembro não revela um aumento generalizado de preços, mas se deve à pressão dos alimentos e “reajustes pontuais de itens como gasolina, passagens aéreas e vestuário”.

Segundo ela, boa parte das pressões sobre os alimentos tem origens externas, como os problemas climáticos em países como a Rússia. No caso das carnes, principal contribuinte (0,11 ponto percentual) para o IPCA no mês, Eulina disse que a alta de 5,09% está relacionada à estiagem no Brasil que provocou seca nos pastos e ao aumento de custos de insumos cujos preços são definidos em escala internacional, como o milho.

“A explicação mais evidente para a alta dos alimentos está nos problemas de oferta, ainda que a demanda esteja aquecida”, disse a técnica. No ano, os alimentos já acumulam alta de 4,61% nos preços, variação superior à acumulada em todo o ano passado (3,18%). Os alimentos respondem, sozinhos, segundo Eulina, por 1,04 ponto percentual, ou “quase a terça parte” do IPCA acumulado de janeiro a setembro, de 3,60%.

O aumento acumulado dos alimentos em 2010 reflete, sobretudo, segundo ela, os fortes reajustes do primeiro trimestre. Esperada a elevação na inflação em setembro já era esperada por analistas que estimavam, em média, IPCA de 0,47% no mês, segundo levantamento realizado pela *Agência Estado*.

Na visão do Banco Central, a inflação deve ficar em torno 0,45% ao mês, em média, até o fim do ano. Para o BC, a pressão da alta dos alimentos deve se concentrar no fim do ano e não deve se estender para 2011. Os preços dos alimentos podem ficar num patamar alto, mas pouco provável que sigam subindo.

O analista Gian Barbosa, da Tendências Consultoria, acredita que o índice prosseguirá pressionado pelos alimentos e se manterá em torno do mesmo patamar de setembro nos próximos meses, fechando o ano de 2010 com alta acumulada de 5,0%, acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5%.

A economista Ariadne Vitoriano, da Rosenberg & Associados, também acredita que a inflação deverá se manter em patamar elevado nos próximos meses e avalia que o comportamento da inflação em setembro é uma expectativa para o IPCA do último trimestre do ano são condizentes com uma taxa prevista de 5,10% para o acumulado de 2010.

Em 12 meses, a taxa ficou em 2,70%. Eulina disse que apenas 27 itens responderam por 3,10 ponto percentual, ou 86%, do IPCA acumulado no ano. No topo da lista de contribuintes para a alta do índice estão os colégios (alta de 6,64% no ano), empregado doméstica (8,24%), nibus urbano (7,16%), refeição fora de casa (6,11%), carnes (10,71%), plano de saúde (5,01%) e aluguel residencial (4,67%). / COLABOROU

FLAVIO LEONEL

Análise: *Thaís Marzola Zara*

Alimentação: pressão sazonal ou nova tendência?

Com uma contribuição de 0,24 ponto percentual para a inflação em setembro, a alimentação voltou a ser destaque. Deve-se ressaltar, contudo, que essa alta segue a tendência do grupo, nos quais a queda acumulada foi de 1,9%. Portanto, em parte, essa é apenas uma correção do movimento anterior, especialmente em açúcares e derivados, farinhas e cereais.

No obstante, os principais destaques de setembro foram carnes bovinas e panificados, ambos refletindo os problemas com a safra do trigo na Rússia, que serve de base na alimentação para os rebanhos e matéria-prima para os pães.

Resta saber: essas e outras pressões devem continuar nos próximos meses?

Em parte, os problemas pontuais com a safra de trigo russa, a liquidez internacional abundante, financiada pelo expansionismo monetário dos países desenvolvidos, tem sido importante para manter elevados os preços no mercado internacional de commodities agrícolas, dada a busca voraz por lucratividade num ambiente de juros extremamente baixos.

Por sua vez, no mercado interno, a massa salarial em expansão (por causa do aumento do emprego e do rendimento médio real) e a progressiva inclusão social, com a melhora na distribuição de renda, garantem um patamar elevado para a demanda por alimentos.

Assim, desenha-se uma tendência de alta para os preços dos alimentos. Na alimentação fora do domicílio, que tem características de prestação de serviços, a demanda elevada deve ser o fator determinante. Na alimentação em domicílio, a alta de commodities no mercado internacional, ainda que moderada pela taxa de câmbio apreciada, em conjunto com a alta sazonal de alimentos in natura dos próximos meses, deve colaborar para a elevação dos preços.

Em suma: dificilmente o grupo Alimentação, que tem peso de quase 23% no IPCA, voltar a apresentar deflação no futuro próximo; mais ainda, tende a registrar altas mensais mais próximas de 1% do que de 0,5%.

*

THAÍS MARZOLA ZARA É ECONOMISTA-CHEFE DA
ROSENBERG CONSULTORES ASSOCIADOS

FAO discute produção de alimentos no Brasil – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 08/10/2010

Quando se fala em fome no mundo, o Brasil é sempre visto como uma das soluções. O caminho a ser percorrido para o país ser o celeiro mundial, no entanto, ainda é longo, segundo analistas do setor de alimentação. Na próxima quinta, em São Paulo, representantes da FAO e de associações brasileiras, como Abag (agronegócio) e Andef (defesa vegetal), retomam as discussões com um olhar de como preparar o país para esse desafio. Eduardo Daher, diretor-executivo da Andef, diz que pesquisa e inovações dentro da porteira são temas que vão constar das discussões. "São caminhos necessários para

um aumento de produção de forma sustentável." Daher diz que é necessário fazer mais com menos e, para isso, integração lavoura-pecuária, biotecnologia e desenvolvimento de novas moléculas são fundamentais. Tudo isso exige -além de tempo, talento e dinheiro do setor agropecuário- mais agilidade do governo. Novas pragas estão a caminho do Brasil, trazendo resistência de insetos, fungos e ervas daninhas a produtos utilizados atualmente. A indústria tem uma lista de 500 novos itens na fila para apreciação dos órgãos que avaliam esse segmento. As discussões do encontro não ficam restritas a assuntos internos à porteira das fazendas, mas vão além, segundo o executivo. Consumo, abastecimento e distribuição de alimentos também devem estar no foco dos debates. Em alguns setores, como o de logística, "já ficamos para trás e precisamos tentar recuperar o tempo perdido". Daher destaca ainda a necessidade de uma reforma tributária, "o que foi difícil de ser feito até agora". Aumento de produção exige investimentos, mas para isso o produtor necessita de renda, que está sendo corroída por um real fortalecido, afirma o executivo.

Mais alimentos e mais proteínas com recursos do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 08/10/2010

Lúcia Modesto falou na plenária do Consea, em Brasília

Brasília, 6 – O Programa Bolsa Família provocou aumento de 65% no consumo de proteína pelos beneficiários, entre 2005 e 2009. Esse foi um dos resultados de impacto da transferência de renda apresentados, nesta quarta-feira (6), pela secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lúcia Modesto, durante palestra na XIX Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que ocorre em Brasília.

As despesas reais per capita com alimentos da população pobre também aumentaram cerca de 14% no mesmo período. Os resultados e os desafios do programa, que completa sete anos no dia 20 de outubro, foram os temas abordados por Lúcia Modesto. "Aproximadamente 20% dos 50% de redução da desnutrição infantil de 1996 a 2006 se devem ao aumento do poder aquisitivo da classe E, segmento da população atendido pelo Bolsa Família", demonstrou a secretária do MDS. Cerca de 50 milhões de beneficiários apresentaram ainda aumento no consumo de alimentos complementares, a exemplo de frutas, legumes, hortaliças e carne, complementou a secretária.

Aliadas à transferência de renda, as condicionalidades nas áreas de saúde e educação implicaram em impactos importantes no acesso da população pobre aos seus direitos. O abandono escolar dos estudantes beneficiários é menor em relação ao de alunos de famílias que não estão no programa. Outro impacto a ser destacado é a progressão escolar das crianças e adolescentes atendidos.

A proporção das crianças beneficiárias com vacinação em dia foi superior à

das que não são atendidas. Também nos grupos específicos, o Bolsa Família começa a apresentar impacto: maior participação na escola de crianças indígenas de até 7 anos (21%) e quilombolas (20%), comparada à de crianças do mesmo grupo que não são beneficiárias: 14% nos dois grupos.

Lúcia Modesto anunciou como sugestão para 2011 o investimento de 3% do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) – apoio financeiro que o MDS repassa a Estados e municípios para aplicar na gestão do Bolsa Família – nas instâncias de controle social do programa nos municípios. Melhorar a estrutura e a atuação desses conselhos é um desafio a ser vencido.

A secretária acrescentou que foram capacitados 6,2 mil conselheiros e a meta para 2011 é chegar a 20 mil. O conselheiro Chico Menezes, ex-presidente do Consea, considerou que as duas iniciativas são importantes para fortalecer as instâncias de controle social.

Roseli Garcia
Ascom/MDS

Artigo: No Dia Mundial da Alimentação, as lições do Fome Zero – Crispim Moreira – Sítio eletrônico do MDS – 15/10/2010

Os principais desafios para as políticas públicas de combate à fome no governo do presidente Lula entre 2003 e 2010 foram: enfrentar as principais causas da insegurança alimentar das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social; e proteger os agricultores familiares e tradicionais dos efeitos negativos da formação de preços pelo mercado e da perda da colheita devido a acidentes naturais, como secas, enchentes e pragas.

Durante a 36ª sessão do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), esta semana (13/10), em Roma (Itália), apresentamos palestra sobre políticas públicas para questões de insegurança alimentar, vulnerabilidade social e rede de proteção social. Nela, defendemos que três questões marcaram esse período e produziram resultados significativos para milhões de famílias socialmente vulneráveis.

A primeira, a estratégia política do Governo Federal para mobilizar o Estado e a sociedade no combate à fome, conhecida como Estratégia Fome Zero. A segunda refere-se ao esforço político, institucional e operacional para a construção do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a implementação da política nacional de segurança alimentar e nutricional. E a terceira, a gestão de políticas públicas com efetiva capacidade de, ao mesmo tempo, proteger e promover o direito das famílias de acesso à alimentação saudável e fortalecer e desenvolver a agricultura familiar camponesa e tradicional.

A Estratégia Fome Zero se caracteriza por iniciativas que foram se

consolidando desde seu lançamento, em 2003: fortalecimento da capacidade de intervenção e regulação do Estado; controle e participação social; mudança no marco legal; adoção de diretrizes de proteção do acesso à alimentação e fortalecimento da agricultura familiar; criação e adaptação de programas nacionais, buscando escala e aporte orçamentário e financeiro adequados à demanda; e articulação de políticas horizontal (intersetorialidade) e vertical (descentralização).

O Brasil experimentou um processo consistente de construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sobretudo após a sanção, pelo presidente Lula, da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. O Sisan, de vocação multissetorial, articula ações de uma rede de proteção e promoção social em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome exerce importante papel. Essa rede oferece benefícios, bens e serviços de assistência social, combate à fome, saúde, educação, reforma agrária, agricultura, pecuária, pesca e meio ambiente.

Com a Emenda Constitucional 64, que tornou a alimentação um direito social da população, o Estado brasileiro, desde fevereiro de 2010, tem o dever de criar mecanismos para proteger e promover tal direito, institucionalizando assim a construção política e institucional desencadeada pela Estratégia Fome Zero.

Os excepcionais resultados obtidos pelo Brasil no combate à fome e à pobreza, revelados por pesquisas nacionais e internacionais, devem-se, entre outras iniciativas, a programas efetivamente transformadores.

Entre eles, o Bolsa Família, que transfere anualmente R\$ 12 bilhões para 12,8 milhões de famílias; o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), de compra de alimentos para doação a entidades da rede de proteção e promoção social e compra da produção da agricultura familiar para distribuição de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar; o Programa de Distribuição de Alimentos para populações em situação de vulnerabilidade social, que encaminha dez cestas por ano a cerca de 600 mil famílias de acampados da reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e atingidos pelas barragens; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que serve 50 milhões de refeições diárias a estudantes em 40 mil cantinas da rede pública.

Outros programas respondem pelo desenvolvimento da agricultura familiar e tradicional, como o PAA na modalidade de compra direta das organizações sociais dos assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e grupo de mulheres; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo orçamento anual, em 2010, foi de R\$ 18 bilhões para operar 2,2 milhões de contratos em todas as regiões e oferecer crédito, assistência técnica, seguros de preço e de perdas da colheita.

Pressão de alimentos faz inflação acelerar – Sítio Eletrônico da CNA – 08/10/2010

Os preços dos alimentos voltaram a pressionar a inflação e levaram o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a uma alta de 0,45% em setembro, bem maior

do que a taxa apurada no mês anterior (0,04%). O resultado representou o patamar mais elevado do índice oficial de apurado pelo IBGE desde abril.

O grupo dos alimentos, sob impacto especialmente das carnes, inverteu uma trajetória de três meses de deflação e subiu 1,08% em setembro, contribuindo com mais da metade, ou 0,24 ponto percentual, do IPCA do mês.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, diz que a alta na inflação em setembro não revela um aumento generalizado de preços, mas se deve à pressão dos alimentos e "reajustes pontuais de itens como água e esgoto, passagens aéreas e vestuário".

Segundo ela, boa parte das pressões sobre os alimentos tem origens externas, como os problemas climáticos em países como a Rússia. No caso das carnes, principal contribuição (0,11 ponto percentual) para o IPCA no mês, Eulina disse que a alta de 5,09% está relacionada à estiagem no Brasil que provocou seca nos pastos e ao aumento de custos de insumos cujos preços são definidos em escala internacional, como o milho.

"A explicação mais evidente para a alta dos alimentos está nos problemas de oferta, ainda que a demanda esteja aquecida", disse a técnica. No ano, os alimentos já acumulam alta de 4,61% nos preços, variação superior à acumulada em todo o ano passado (3,18%).

Os alimentos respondem, sozinhos, segundo Eulina, por 1,04 ponto percentual, ou "quase a terça parte" do IPCA acumulado de janeiro a setembro, de 3,60%. O aumento acumulado dos alimentos em 2010 reflete, sobretudo, segundo ela, os fortes reajustes do primeiro trimestre.

Esperada.

A elevação na inflação em setembro já era esperada por analistas que estimavam, em média, IPCA de 0,47% no mês, segundo levantamento realizado pela Agência Estado.

Na visão do Banco Central, a inflação deve ficar em torno 0,45% ao mês, em média, até o fim do ano. Para o BC, a pressão da alta dos alimentos deve se concentrar no fim do ano e não deve se estender para 2011. Os preços dos alimentos podem ficar num patamar alto, mas é pouco provável que sigam subindo.

O analista Gian Barbosa, da Tendências Consultoria, acredita que o índice prosseguirá pressionado pelos alimentos e se manterá em torno do mesmo patamar de setembro nos próximos meses, fechando o ano de 2010 com alta acumulada de 5,0%, acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 4,5%.

A economista Ariadne Vitoriano, da Rosenberg & Associados, também acredita que a inflação deverá se manter em patamar elevado nos próximos meses e avalia que o comportamento da inflação em setembro e as expectativas para o IPCA do último trimestre do ano são condizentes com uma taxa prevista de 5,10% para o acumulado de 2010.

Em 12 meses, a taxa ficou em 2,70%. Eulina disse que apenas 27 itens responderam por 3,10 ponto percentual, ou 86%, do IPCA acumulado no ano. No topo da lista de contribuições para a alta do índice estão os colégios (alta de 6,64% no ano), empregada doméstica (8,24%), ônibus urbano (7,16%), refeição fora de casa (6,11%), carnes (10,71%), plano de saúde (5,01%) e aluguel residencial (4,67%).

Autora: Jacqueline Farid, com colaboração de Flávio Leonel. Fonte: O Estado de S. Paulo

Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade – Sítio Eletrônico da CNA – 13/10/2010

Temos, hoje, um conjunto de experiências que estão trilhando o caminho de um desenvolvimento alternativo, integral e solidário, com base em uma ética que inclua a responsabilidade e que supere a lógica utilitarista e individualista do lucro acima do ser humano, do econômico em detrimento ao social, cultural e ambiental. São iniciativas espalhadas por esse Brasil afora que se voltam para as necessidades de grupos, comunidades e territórios, que valorizam o saber popular e o integram ao conhecimento acadêmico.

Os exemplos de tecnologias sociais são variados e em diferentes áreas, como: comercialização e economia solidária; reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e consumo humano; intercâmbios para troca de conhecimento; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; sementes crioulas; segurança alimentar e nutricional; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça, gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; entre outras.

Muitas iniciativas têm fortalecido a disseminação e o enraizamento da tecnologia social como base de políticas públicas voltadas para a necessidade concreta das populações. Podemos citar a Rede de Tecnologia Social (RTS), que agrega a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada para pensar ações de fortalecimento e disseminação das tecnologias sociais.

Outra importante iniciativa é a da Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem pautando as tecnologias sociais como base do desenvolvimento local e sustentável e premiado diversas experiências de tecnologias sociais no campo e na cidade em todo o Brasil, por meio do Prêmio Fundação Banco de Brasil de Tecnologias Sociais.

Uma iniciativa de igual valor, que merece ser seguida por demais estados, é o Projeto de Lei que dispõe sobre a Política de Fomento à Tecnologia Social do Estado de Minas Gerais, proposta pelo deputado estadual Almir Paraca.

No campo, essas experiências estão mudando a cara da agricultura familiar e camponesa no Brasil. O Censo Agropecuário 2009 traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira é retratada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção agrícola do país (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma região menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Com tantos dados significativos, as diversas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas e difundidas pela agricultura familiar e camponesa têm possibilitado o reforço em favor de uma agricultura que produza alimentos saudáveis,

valorizando as sementes típicas de cada bioma, trabalhando a cooperação respeitosa com a terra e a água, criando consciência de solidariedade em relação ao direito de todas as pessoas à alimentação e nutrição, incentivando o consumo solidário e responsável, agregando valor à produção familiar e camponesa, fortalecendo o direito à vida e às condições dignas de existência de todas as pessoas no campo e na cidade.

Nós, da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), acreditamos na força das tecnologias sociais, na mudança e melhoria da vidas das pessoas por meio das diversas experiências, nos grupos e comunidades e nas pessoas que, acima de tudo, não perderam a capacidade de sonhar e creditar na justiça, na solidariedade e na igualdade, como base do desenvolvimento sustentável que defendemos e que nos motiva a continuar afirmando:

"Quando sonhamos sozinhos é só um sonho; mas quando sonhamos juntos é o início de uma nova realidade". D. Helder Câmara

Coordenação Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)

As tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país. Nesse sentido, o tema Tecnologia Social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável.

Autora: Valquiria Lima. Fonte: Agrosoft

ONU alerta para a compra de terras em emergentes – Estado de São Paulo – Economia – 14/10/2010

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou ontem orientações para nortear o investimento estrangeiro na compra de terras em países emergentes. As regras foram propostas para conter o que a entidade chamou de “investimento responsável” em agricultura, que procura barrar a compra de milhões de hectares em várias regiões do mundo, muitas vezes em detrimento de quem ocupa essas terras.

As orientações englobam o reconhecimento do direito à terra e aos recursos naturais a quem já ocupa as áreas agricultáveis e a transparência nas transações. “Esses investimentos precisam de uma legitimidade que hoje não existe”, afirmou Olivier De Schutteur, relator especial da ONU para o direito à alimentação, durante a conferência Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma.

A propriedade agrícola tornou-se assunto de grande repercussão por causa da crise internacional de alimentos de 2007 e 2008, quando a elevação dos preços dos grãos provocou protestos e risco inflacionário em muitas economias emergentes.

O episódio também fez investidores ver oportunidade de lucro nos mercados de commodities agrícolas, e levou alguns a comprar vastas extensões de terras em países mais pobres onde o capital escasso impede uma produção de alimentos mais eficiente.

A recente disparada nos preços das commodities, provocada pelas quebras de safras de grãos no Leste Europeu e em outras regiões do mundo por causa de problemas climáticos, atraiu novamente a especulação de investidores financeiros, ajudando a jogar o tema da crise de alimentos no centro das atenções. Esses

investidores vão de países do Golfo, como o Catar, que são dependentes da importação de alimentos, a bancos da Europa e dos EUA e fundos soberanos.

FAO não vê ameaça à segurança alimentar – Sítio Eletrônico da CNA – 15/10/2010

Mesmo diante das recentes alta nos preços internacionais das commodities agrícolas, o novo representante da FAO no Brasil, Hélder Muteia, ainda não enxerga nas disparadas motivos para maiores preocupações.

Apesar dos problemas de seca na Rússia, que atingiram a safra de trigo e influenciaram nos valores de outros cereais, e das chuvas que afetaram as lavouras do Paquistão, o movimento recente ainda não provocou no braço da ONU para agricultura e alimentação temores sobre uma eventual escassez de alimentos ou mesmo piora nas condições da fome mundial.

Nos últimos 12 meses até setembro, os preços do suco de laranja acumulam uma valorização de 56,2% no mercado internacional. No mesmo período, as cotações do trigo já subiram mais de 55%, o algodão registrou alta de 54,6% e o milho tem ganhos acumulados de 49,3%. Também com ganho valorização nos últimos 12 meses, os preços do café já subiram 44,2%, enquanto a soja teve uma alta mais modesta, de 14,7%. O cacau e o açúcar são as duas únicas commodities que acumularam perdas, de 9,7% e 2,3%, respectivamente.

"Já existe um certo nervosismo no mercado, mas, por enquanto, estamos observando esse movimento recente de alta nos preços dos cereais. A economia dos alimentos é complexa e ainda estamos recolhendo dados para fazer qualquer tipo de recomendação", afirma Hélder Muteia, representante da FAO no Brasil, que está no país há apenas dois meses.

Apesar da alta expressiva dos preços dos cereais no mercado internacional, Muteia lembra que os preços ainda não chegaram aos patamares de 2008, quando limites históricos de preços foram superados. Naquele período, uma combinação de fatores impulsionou os valores dos alimentos como a valorização das cotações do petróleo, a concorrência com os biocombustíveis, além do aumento da demanda por cereais para fabricação de ração utilizada na alimentação animal.

No último relatório da FAO sobre o número de pessoas subnutridas no mundo, a entidade aponta para uma melhora na situação global. O último dado indica que existem no mundo 925 milhões de pessoas se alimentando em condições inferiores aos limites mínimos. Apesar do número ainda expressivo, o dado é inferior aos 1,02 bilhão de pessoas que estavam nessas condições pelo levantamento anterior.

"Acreditamos que o número anual se manterá nesses patamares até o ano que vem. De qualquer forma, é preciso produzir mais e introduzir mecanismos que permitam a distribuição dessa produção entre as pessoas mais necessitadas", afirma Muteia.

Autor: Alexandre Inacio. Fonte: Valor Economico

Alta de preços de alimentos deve ter pico em outubro, dizem analistas – Sítio eletrônico da CNA – 18/10/2010

Depois de registrar quedas seguidas nos últimos meses, o preço dos alimentos voltou a subir mais do que o esperado nas últimas semanas e deverá registrar a maior alta do ano no mês de outubro, de acordo com a previsão de analistas do mercado, exercendo pressão direta sobre a inflação.

O avanço dos preços dos alimentos distribuídos no país está relacionado a fatores domésticos e externos. Falta de chuvas, que comprometem pastagens, e redução da oferta de produtos de fornecedores como Rússia e Ucrânia, que estão desabastecidos pela seca, são algumas das razões que deverão justificar a alta mensal de 1,58% em outubro, segundo projeção da LCA Consultores.

"Este deverá ser o maior aumento verificado ao longo de todo o ano, até o final de dezembro, com base nas nossas projeções. No primeiro quadrimestre do ano, vimos que houve aumento dos preços, atingindo o maior pico em março. Porém, no segundo quadrimestre, os preços caíram mais que o esperado, com a interferência da sazonalidade, e agora voltam a subir", disse o economista da consultoria, Fabio Romão.

Em outubro, a previsão da consultoria é que o Índice de Preços ao Consumidores (IPCA), considerada a "inflação oficial" do país, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), fique em 0,57%. No mês anterior, a variação foi de 0,45%.

Desde setembro, quando os alimentos voltaram a ficar mais caros, têm exercido maior pressão sobre a aceleração do índice de inflação as variações dos preços de feijão, arroz, carnes em geral, mas principalmente a bovina, frutas e trigo. O preço alto do grão, que encarece o tradicional pão francês, se justifica pelo fato de o Brasil não contar com produção suficiente para suprir a demanda interna, fazendo com que parte do trigo consumido seja importado.

Entre agosto e setembro, o IBGE mostrou que o grupo de alimentos e bebidas, que exerce a maior contribuição sobre a inflação oficial, apresentou alta de 1,08%. Só o item carnes, por exemplo, ficou 5,09% mais caro no mês anterior. O avanço do índice do grupo também teve influência dos aumentos de preços de produtos como açúcar cristal (5,66%), óleo de soja (5,47%) e frango (3,11%).

"A oferta está realmente reduzida. Não há como o clima seco predominante nesses últimos meses, em intensidade muito maior do que a observada em anos anteriores, deixar de afetar a produção, a distribuição. No caso da pecuária de corte, houve crescimento da demanda e conseqüente aumento do abate. A magnitude dos preços tem surpreendido", disse o economista da Tendências Consultoria Econômica, Gian Barbosa. Aliado a esses fatores, que contribuíram para o aumento do preço da carne, está o aumento da exportação do produto nos últimos meses.

Apesar de haver a tendência de que a variação dos preços de alimentos em outubro seja a mais expressiva de 2010, ainda é cedo para prever se essa alta será a maior dos últimos anos, na avaliação do economista da Fundação Getúlio Vargas André Braz. "Realmente saiu do previsto, porque houve um conjunto de altas. Mas o poder de recuperação de alguns produtos é grande. Não deverá haver uma bolha causada por esses efeitos passageiros, que deverão ser devolvidos ao longo do segundo semestre", disse.

Para o economista da Tendências

Consultoria, as últimas prévias como as do Índice de Preços do Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) e as do Índice de Preços ao

Consumidor Semanal (IPC-S) da FGV indicam que, em outubro, os preços continuarão em aceleração.

A partir de novembro, os preços dos alimentos ainda subirão, mas em ritmo menor, segundo os analistas, já que deverá haver leve redução da demanda interna e melhora dos fatores climáticos.

"Estamos iniciando um novo ciclo de crescimento mundial, mais moderado, que vai mitigar o preço das commodities. Os preços vão continuar subindo, mas em um ritmo mais lento", afirmou Romão.

Quanto à inflação, Gian Barbosa disse acreditar que outros itens, além dos do grupo de alimentação e bebidas, deverão pressionar a alta do índice. "Depois das eleições, deverão ser aplicados reajustes nas tarifas de transporte, por exemplo, o que deverá contribuir para acelerar a taxa de inflação. Não estamos muito otimistas."

Fonte: Gazeta do Povo Online

Compra de alimentos mudou a vida de 20 mil agricultores em Minas Gerais – Sítio Eletrônico do MDS – 28/10/2010

Brasília, 28 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, disse, nesta quinta-feira, que o Programa de Compra de Alimentos da Agricultura Familiar já mudou a vida de 20 mil agricultores familiares em 290 municípios de Minas Gerais. Márcia Lopes almoçou no Restaurante Popular de Varginha e participou do Encontro Regional de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar ao lado de pequenos agricultores, do Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira, e de 10 prefeitos do sul de Minas Gerais.

No encontro, a ministra anunciou novos recursos que o Ministério está repassando para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) executar o PAA no Estado. São R\$ 15 milhões – de um total de R\$ 83,5 milhões liberados para todo o Brasil. Márcia Lopes disse que o programa tem obtido um excelente resultado: “Nós identificamos os agricultores familiares que não tinham condição de escoar sua produção e a compramos e redistribuímos. Isso tem tido um resultado fantástico, tanto que o Brasil tem sido visitado por inúmeras missões de outros países que estão copiando o nosso modelo de agricultura familiar”. De acordo com a ministra, isso significa comida na mesa de quem antes estava em situação de insegurança alimentar e dinheiro no bolso dos agricultores, que, segundo ela, agora estão assumindo uma postura também de empresários. “Essa é a tendência. Porque o pequeno produtor que sempre se sentiu excluído da própria economia local hoje se sente muito mais valorizado. Eu tive a honra de visitar no sul da Bahia uma cooperativa de palmito, piaçava e mandioca e conversei com os jovens. Eles me contaram que se sentiam envergonhados de morar na zona rural. Eles não falavam que eram de lá e hoje sentem orgulho porque agora estão produzindo. A renda deles melhorou significativamente”, disse a ministra.

Em todo o País, já são 148 mil agricultores beneficiados pelo programa. Nos estados do Semiárido brasileiro, por exemplo, são comprados todos os dias 700 mil litros de leite. “A orientação do MDS e da Conab aos municípios é no sentido de fazer

com que os agricultores se sintam incluídos, façam parte da economia local com planejamento e metas definidas.”

Participaram do Encontro Regional de Segurança Alimentar os prefeitos de Varginha, Eduardo Carvalho; Machado, Roberto Abobrinha; Luminária, Artur Maia; Fama, Jean Prado; Nova Rezende, Ronei Brito; Cachoeira de Minas, Carlos Augusto; Campanha, Roberto Silva; Cambuquira, Evanderson Xavier; Guapé, Nelson Lara; e de Boa Esperança, Jair Alves. Durante o evento com os pequenos agricultores, a ministra assistiu à apresentação artística do grupo Amizade, do Centro de Convivência do Idoso de Varginha.

De Varginha, a ministra Márcia Lopes seguiu para o município de Machado, onde participou de evento do Projovem Adolescente e visitou as obras de construção de uma Cozinha Comunitária que está recebendo R\$ 400 mil em convênio com o Ministério. “Eu tenho andado pelo País todo visitando cidades e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. É muito importante que o MDS saia de Brasília para prestar contas do que estamos fazendo para ver onde e como vivem as pessoas para que a gente cuide bem de todos os brasileiros”, disse Márcia Lopes.

Acesse o boletim: [Márcia Lopes anuncia recursos para agricultura familiar em Minas](#)

Flávio Figueiredo (61) 3433-1462 Ascom/MDS www.mds.gov.br/saladeimprensa

BC: alimentos têm alta, mas juros deverão ser mantidos – Patrícia Duarte – O Globo – Economia – 29/10/2010

Banco indica que patamar atual da Taxa Selic é suficiente

BRASÍLIA. O Banco Central (BC), ao mesmo tempo em que chamou mais atenção sobre os preços elevados dos alimentos e piorou suas projeções de inflação, usou a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, para reforçar sua convicção de que o cenário é benigno. Ou seja, deixou claro que não vai aumentar a taxa básica de juro (Selic), hoje em 10,75% ao ano, a curto prazo, como defende parte dos agentes econômicos, por enxergarem mais riscos inflacionários.

A autoridade monetária, inclusive, chegou a provocar essa ala do mercado, ao afirmar que ela “advoga elevação da taxa básica”. — Em linhas gerais, o BC manteve a ideia de que a Selic a 10,75% é suficiente para manter a inflação na meta — afirmou o economista-chefe da Máxima Asset Management, Elson Teles, referindo-se ao centro da meta do governo, de 4,5% pelo IPCA, estipulada para 2010 a 2012.

No último dia 20, o Copom decidiu manter a Selic em 10,75% ao ano pela segunda vez seguida, dentro do esperado pelo mercado. Na ata sobre o encontro, o BC voltou a defender que o cenário internacional tem um “certo viés desinflacionário”, por causa da fraca retomada do crescimento econômico em países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

Atividade econômica cresce menos, aponta ata do BC Além disso, argumentou que a atividade brasileira tem crescido menos do que o esperado e, nos últimos meses, já está trabalhando praticamente com estabilidade.

Tudo isso, na avaliação da autoridade monetária, faz o contraponto às recentes

pressões de inflação puxadas pelos preços dos alimentos. Mais do que na ata anterior, de setembro, o BC agora tratou do assunto.

No texto, argumenta que “a volatilidade dos preços dos alimentos desempenhou papel fundamental no comportamento da inflação plena em 2010”, mas também entende que essa pressão não deve passar do fim deste ano com a volta da normalidade dos preços das commodities e safra agrícola.

Ou seja, em 2011, período focado pela atual política monetária, as altas dos preços tendem a ceder. O BC ressaltou ainda que o cenário benigno de inflação vem também dos efeitos da política monetária, das elevações feitas na Selic entre abril e julho e que somaram dois pontos percentuais, ainda não refletidos integralmente na atividade econômica.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

